

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

Bárbara Miranda Vilaça de Almeida

**CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL E DE GÊNERO DAS
MENINAS NEGRAS NA ESCOLA**

Belo Horizonte

2016

Bárbara Miranda Vilaça de Almeida

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL E DE GÊNERO DAS MENINAS NEGRAS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Michele Lopes da Silva Alves

Belo Horizonte

2016

Bárbara Miranda Vilaça de Almeida

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL E DE GÊNERO DAS MENINAS NEGRAS NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Michele Alves – UFMG (Orientadora)

Prof.^a Lílian C. Gomes – UFMG (Banca examinadora)

DEDICATÓRIA

Ao meu porto seguro, mar de calma e amor maior:

Minha família!

AGRADECIMENTOS

À Deus, sempre presente em minha vida.

Ao meu filho Pedro Henrique e ao meu marido Thiago pela compreensão, paciência e estímulo.

Aos meus pais, Geraldo e Silvana, a quem devo parte do que sou pelo incentivo de sempre.

Às minhas irmãs, Gabriela e Renata, pela torcida e carinho.

À professora Michele Alves pela orientação, incentivo e por me fazer acreditar.

A todos/as professores/as do curso EPPIR pelo enriquecedor aprendizado e pela troca de experiências.

Às tutoras, Ediany, Heloíza, Jairza, pelas informações, dicas e serenidade.

À minha amiga, Míriam do Carmo, pelos alertas ao longo do curso e pelo encorajamento.

Às minhas alunas, foco deste trabalho, pela oportunidade de ver o mundo com outro olhar e pelos ensinamentos.

*“Liberdade é pouco.
O que eu quero
ainda não tem
nome.”*

Clarice Lispector

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da identidade racial e de gênero das meninas negras, no contexto escolar. Neste processo, faz-se uma análise crítica da prática pedagógica a partir do que foi vivenciado na Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha, localizada no município de Contagem-MG, no sentido de investigar como o preconceito racial, a discriminação racial e o racismo, advindos de profissionais e estudantes e direcionados às meninas negras, interferem na formação de suas identidades. As reflexões ganham relevância na medida em que as desigualdades de gênero e raciais permeiam, constantemente, o cotidiano escolar. Desse modo, este trabalho aponta a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas de toda a escola no sentido de promover a igualdade de gênero e racial nesse espaço.

Palavras-chave: identidade; meninas negras; relações de gênero e raça; educação.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the racial identity and gender of black girls in the school context. In this process, it is a critical analysis of pedagogical practice from what was experienced at the Municipal School Colonel Joaquim Antonio da Rocha, located in the city of Contagem-MG, to investigate how racial prejudice, racial discrimination and racism , coming from professionals and students, and directed to black girls, interfere in the formation of their identities. The reflections become relevant in that gender inequalities and racial permeate, constantly, daily school. Thus, this study highlights the need to rethink the teaching of the whole school practices to promote gender equality and racial in this space.

Keywords: identity; black girls; gender and race relations; education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA: a motivação e experiência que instigaram o Projeto a construção da identidade de gênero e raça	14
1.2 OBJETIVOS	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos.....	16
2. METODOLOGIA	17
3. CAPÍTULO I – IDENTIDADE RACIAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	18
3.1 Construção da identidade racial no contexto escolar	18
3.2 - Ser menina negra na escola e na sociedade que são racistas e sexistas	21
4. CAPÍTULO II – ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA - ACPP	25
4.1 O processo de elaboração da Proposta de Intervenção Pedagógica e sua realização	25
4.2 Iniciando os trabalhos: um breve relato histórico e geográfico	26
4.3 Exposição do vídeo “Vista minha pele”	28
4.4 Roda de conversa sobre pertencimento racial: a descoberta do racismo	29
4.5 Mostra Cultural sobre a Consciência Negra: encerramento das práticas pedagógicas de valorização da dimensão racial	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EPPIR - Especialização em Promoção de Políticas da Igualdade Raciais

ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais

ONG - Organização Não Governamental

1. INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade de se ensinar a história da África e da cultura afro-brasileiras, nas instituições de ensino da Educação Básica no Brasil, surgiu no ano de 2003, através da sanção da Lei 10639/03, sendo essa uma das culminâncias das lutas e resistências vividas pela população negra no decorrer do tempo. Ao longo destes últimos doze anos, a temática racial ganhou ênfase nas escolas e, aos poucos, vem sendo introduzida nelas e ganhando seu devido espaço na busca de uma sociedade mais justa e igualitária socialmente. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, pg. 7):

“A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo”.

Considerando a afirmativa acima como uma premissa do campo educacional, fiz uma análise da minha trajetória no que diz respeito à questão étnico-racial e pude observar que, tanto em minha Educação Básica quanto em meu Ensino Superior, houve uma total ausência de discussões e diálogos sobre o tema, a não ser nas aulas de Geo-História. Nessas, a questão estava relacionada somente à escravidão, à subalternidade, à pobreza, à hierarquização social e racial e aos estereótipos, o que pode ser comprovado por Munanga (apud ABRAMOWICZ e GOMES, 2010, p. 62) que nos diz que:

“os educadores e as educadoras brasileiras não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores/as e educadores/as o necessário preparo para lidar com o desafio da problemática da convivência com a diversidade”.

Porém, a partir de minhas experiências pessoais, profissionais e políticas ao longo dos anos, sempre me interessei pela temática racial e, felizmente, tive a oportunidade de participar do curso de Especialização em Políticas de Promoção da

Igualdade Racial nas escolas (EPPIR). Nessa ocasião, além de adquirir conhecimentos e aprendizados, principalmente a partir de troca de experiências, alterei minha visão de mundo e ampliei minha atenção e sensibilidade diante da diferença étnico-racial.

A partir de então, refleti sobre a minha prática pedagógica e vi a importância de se trabalhar as relações étnico-raciais no âmbito escolar, a fim de desenvolver em nossas crianças o respeito, o reconhecimento e a valorização do outro dentro da sociedade como um todo, tendo a consciência de que:

“Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.” (DCN, 2004, pg. 14).

Assim, ficou claro para mim que a forma pela qual se lança o olhar sobre a questão étnico-racial, no âmbito escolar, é decisiva na formação, no reconhecimento e no empoderamento das crianças negras. Tal situação pode tanto valorizá-las quanto estigmatizar, discriminar, segregar e, até mesmo, engalassar todos os sentidos, uma vez que as crianças e jovens, sejam eles/as negros/as ou brancos/as, estão em constante processo de construção identitária. Essa, por sua vez, é influenciada pelas novas informações, experiências e relações sociais vivenciadas ao longo da infância e da juventude, inclusive no âmbito escolar.

É o que acontece em grande parte das escolas brasileiras. Apesar do discurso presente de igualdade, há uma invisibilidade dos/as negros/as e uma manutenção do **mito da democracia racial**¹, pelo qual ocorrem práticas ostensivas de diferenciação, principalmente de caráter racial e estético.

¹ Para Gomes (2010, p.57) o mito da democracia racial pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros, no Brasil, como fruto do racismo, afirmando que existe, entre estes dois grupos raciais, uma situação de igualdade de

Segundo Gomes (2010, pg.85):

“A cultura negra é silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar, um “pacto” que não deve ser quebrado, pois senão teríamos que refazer o currículo, refazer a escola. Diante disso, a escola reproduz um discurso baseado na igualdade de todos os seus alunos.”.

Na escola em que trabalho, Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha, localizada no município de Contagem-MG, o cenário não é diferente. Este discurso de igualdade entre todos/as alunos/as persiste nesse âmbito de tal forma, que torna oculta as diferenças. Ele anula a diferença e reforça a discriminação racial e o racismo dentro da instituição de ensino, tornando-a assim um instrumento de produção e centralização de sentidos e de construção da supremacia de modelos. Isso além de primar, mesmo que não intencionalmente, por um currículo conservador e excludente, uma vez que os conteúdos não contemplam a temática étnico-racial e reforçam o lugar de inferioridade, na qual o negro sempre foi colocado. Um lugar que, historicamente, dificulta a identificação dos/as estudantes enquanto pertencentes dessa determinada etnia. Segundo Gomes (2010, p.82):

“De forma geral, a criança negra tem sido apresentada (...) a partir de um protótipo de infância na qual ela se caracteriza por uma baixa estima, utiliza um equipamento de ensino que não acolhe a sua diferença, a sua particularidade cultural e que em diversas situações lhe impossibilita a permanência por se basear em um único modelo de indivíduo e cultural”.

Assim, refletindo sobre o meu papel enquanto profissional da Educação, defini no final do ano de 2014, que iniciaria, mesmo que de forma isolada, a princípio, um trabalho contemplando a questão étnico-racial. Esse trabalho foi realizado com as turmas do 2ºano/1ºciclo, que eram as eu iria trabalhar no próximo ano, na tentativa de realizar uma intervenção positiva na superação de preconceito racial, discriminação racial e racismo, bem como de reorganizar a escola dentro de um processo emancipatório para a diferença.

A partir da minha intervenção, presenciei várias situações de meninas negras que não se reconhecem seja histórica, política ou socialmente como pertencentes

oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

dessa determinada etnia racial. Além disto, verifiquei a premência de analisar como os preconceitos e as discriminações raciais, advindos tanto de profissionais como de outros/as estudantes, direcionados principalmente à estética, interfere na construção da sua identidade étnico-racial e de gênero.

Antes de prosseguir com meu trabalho, porém, faz-se necessário esclarecer a diferença conceitual entre os termos de superação: a) preconceito; b) discriminação e c) racismo.

Entende-se por preconceito:

“um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. (...) Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos.” (GOMES, 2010, p. 54).

Já a discriminação, conforme Gomes (2010, p. 55) significa “distinguir”, “diferençar” e “discernir”. Para a autora, a discriminação pode ser tida como a efetivação do preconceito e a prática do racismo, sendo considerada a adoção de práticas que os efetivam.

Por sua vez, o racismo necessita ser compreendido

(...) por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. ”. (GOMES, 2010, p. 52)

Este trabalho, portanto, se pauta no conjunto de ideias e pesquisadores de que imagens, propostas pedagógicas e relações humanas devem contemplar as diferenças sem julgar ou hierarquizar, mas que sejam trabalhadas numa dimensão de horizontalidade, na ética, no respeito e na garantia de direitos que atendam, sobretudo, as dimensões identitárias das diferenças.

Tendo isso em vista, ele foi organizando em quatro capítulos. O primeiro e o segundo capítulos, tratam-se de uma breve introdução sobre o tema com justificativa, objetivos, além da metodologia utilizada, no presente trabalho. O terceiro capítulo versa sobre uma breve contextualização da identidade racial e da identidade de gênero, no âmbito escolar e na sociedade, como um todo. O quarto discorre-se

sobre como se deu a análise crítica da prática pedagógica na escola que leciono, e o trabalho é encerrado com as considerações finais.

1.1 JUSTIFICATIVA: a motivação e experiência que instigaram o Projeto a construção da identidade de gênero e raça.

A partir da minha experiência profissional enquanto professora e da minha participação no curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial nas Escolas (EPPIR), a dimensão da identidade racial me despertou a atenção. A ausência da discussão sobre a temática racial, em minha escola, reforça o lugar de inferioridade em que os/as negros/as, sempre foram colocados/as historicamente, o que dificulta a identificação dos/as estudantes enquanto pertencentes dessa determinada etnia. Segundo Gomes (2010, pág. 85 e 86)

“A criança negra não encontra na escola modelos de estética que afirmem (ou legitimem) a cor da sua pele de forma positiva, pois geralmente a maior parte do corpo docente é branca e com poucos subsídios para lidar com problemas de ordem social. [...] O preconceito e a discriminação, ainda que de forma escamoteada, são muito presentes na escola e essa instituição, apesar de utilizar o discurso da igualdade, não respeita as diferenças, diante disso, as crianças negras, para obter sucesso na escola, precisam ‘branquear-se’.”

Já Souza (1983, p. 2) nos diz que “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”. E vai além:

“A violência racista exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência de destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internacionalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades de seu corpo. Entre o Ego e o Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico” (SOUZA, 1983, p. 2 e 3).

Outro ponto que também considere importante, a partir do que foi vivenciado na escola, se diz respeito ao gênero e a posição que as mulheres negras ocupam na e para a sociedade, e quão forte e constante é a discriminação racial sofrida por essas. A trajetória de luta das mulheres negras, no Brasil e no mundo, é marcada pelo enfrentamento contra as condições adversas de sua existência, fazendo frente a processos de exploração, escravização, sexismo e racismo.

Tais conflitos são vivenciados com muita intensidade também nas escolas em que as meninas negras trazem em suas histórias de vida traumas das mais diferentes discriminações, geralmente relacionados ao tipo de cabelo, à cor da pele, à erotização do corpo, à inferioridade social, dentre outras.

Diante disso, o cerne do meu trabalho será voltado para a questão da construção da identidade racial e de gênero das meninas negras da Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha, uma vez que percebi a necessidade de investigar como o preconceito racial, a discriminação racial e o racismo, direcionados principalmente à estética das meninas negras, interferem na construção da sua identidade étnica-racial e de gênero.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar criticamente, tanto coletiva quanto individualmente, as intervenções e as práticas pedagógicas da Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha e suas interferências na construção da identidade racial e de gênero das meninas negras.

Objetivos Específicos

- Promover uma reflexão sobre as construções sociais, políticas, históricas e culturais sobre os sentidos atribuídos às mulheres negras;
- Proporcionar uma reflexão sobre como as meninas negras constroem a sua identidade dentro e fora do ambiente escolar, pela percepção do corpo e do cabelo negro;
- Compreender e avaliar, a partir do trabalho realizado pela escola, como esta se encontra no caminho de construir uma educação que valorize as diferenças étnico-raciais;
- Avaliar, positivamente e negativamente, a prática pedagógica da escola, referente à questão étnico-racial, sugerindo possíveis aperfeiçoamentos.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na realização do trabalho foi a análise crítica da prática pedagógica, visando refletir sobre o papel do docente enquanto agente de transformação social, que faz da sua experiência profissional um objeto de conhecimento de sua própria formação, bem como foi, refletir sobre a importância da escola como estimuladora na formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias.

Analisar a prática pedagógica no processo de ensino aprendizagem nos reporta a reconhecer “*a importância na constituição do ser professor advindo de todo o processo formativo onde o saber é vital, necessário e indispensável, frente aos novos desafios sócios educativos*” (CASTELLI, 2010, p.1).

3. CAPÍTULO I – IDENTIDADE RACIAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Construção da identidade racial no contexto escolar

A escola é reconhecida como um espaço sociocultural que reflete as ações de nossa sociedade, apresentando-se dentre outras formas, de maneira racista e preconceituosa, no que diz respeito à questão étnico-racial. Sendo assim, pode-se dizer que a escola é como um palco de exclusão e de reforço do sentimento de inferioridade racial.

De acordo com Munanga (2005, p.187)

“É preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. Em decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos.”

A criança negra quando sai do seu âmbito familiar tem, em sua maioria, na escola seu primeiro contato com pessoas fora deste grupo. E é esse local que passa a ser também uma referência, em que surge um novo mundo de diferentes indivíduos, em que as crianças buscam se identificar e conhecer diferentes histórias, culturas e novos aprendizados e, a partir daí, passam a construir a sua própria identidade.

Para Gomes (2003, p. 170) “*a escola é vista (...) como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.*” Ainda segundo a autora

“(...) os negros deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude.” (GOMES, 2003, p. 172)

Não se deve reduzir, porém, a construção da identidade desse indivíduo negro apenas à esfera escolar, uma vez que a educação não se limita à escolarização e acontece em diversos âmbitos sociais, tais como na família, na comunidade, nos grupos religiosos e culturais, nos movimentos sociais, ONGs, grupos juvenis, dentre outros.

Devemos, contudo, enfatizar aqui a educação escolar, dado que o objeto deste trabalho acontece na escola. Pensando na lógica que esse âmbito deve estar empenhado com uma proposta coletiva de transformações sociais, levando em consideração que as diferenças culturais e étnicas são engrandecedoras na estruturação e sistematização da nossa sociedade e que a forma de se olhar o indivíduo negro nesse espaço, pode tanto melhorar as identidades e as desigualdades, como pode “estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (Gomes, 2003, p.172), daí a relevância de refletir sobre essa instituição e suas práticas de formação, que não se resumem em ensino e aprendizagem, mas na formação de sujeitos sociais que promovem novas relações e mudanças no mundo.

Assim, é preciso se informar a cerca da construção da identidade das crianças negras, buscando a relação dentro do seu contexto escolar, de que forma ou até que ponto, nessa relação de constituição da identidade, a escola tem contribuído e participado efetivamente, além de ressaltar que a formação da identidade das crianças negras é diluída entre seus pais, familiares, sociedade, e também está ligada a escola e aos profissionais que fazem parte dela.

Segundo Munanga (2005, p. 187)

“O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais”.

Levando em consideração que o Brasil é um país marcado tanto pela mestiçagem biológica quanto pela cultural, pode-se dizer que a identidade racial está relacionada ao sentimento de pertencimento racial derivado da construção social, cultural e política. Deste modo, ser negro implica na tomada de consciência construída a partir das vivências sociais, racistas ou não, que incidem sobre a

história de vida de homens e mulheres negras. O ser negro vem a ser um posicionamento político de se assumir enquanto tal. Ou como nos diz Souza (1983, p.77) ser negro é:

“[...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência, é criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro, não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.”.

Pensando assim, a escola pode e deve contribuir para a construção dessa consciência, bem como contribuir para o combate do preconceito e da discriminação racial, a partir de um trabalho efetivo com práticas antirracistas, que busquem a construção de uma autoimagem positiva das crianças negras.

Infelizmente porém, a prática do racismo no ambiente escolar é uma constante, e acontecem tanto de forma velada quanto de forma escancarada, o que acaba por deixar as crianças negras em situação de desigualdade nos processos de desenvolvimento e de ensino-aprendizagem.

Ofensas, xingamentos, atitudes preconceituosas praticadas na presença do educador e muitas das vezes por ele próprio, desencadeiam reflexões e questionamentos, acerca do papel destes profissionais, que podem não saber lidar com a situação para fazer uma interferência positiva ou corroboram com as ideias preconceituosas. Para Cavalleiro (2003, p.10) o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos preconceituosos e discriminatórios no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais.

É necessário articular educação, cultura e formação de professores com um olhar sobre a identidade, e nesse sentido, devem-se inserir na formação inicial de professores e nos processos de formação continuada, disciplinas, debates, discussões que privilegiem a relação de cultura e educação, numa perspectiva antropológica, promovendo a reflexão e até mesmo a construção de identidade.

3.2 - Ser menina negra na escola e na sociedade que são racistas e sexistas

A escola é considerada um espaço possível para construção de identidades, uma vez que

“Como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.”. (GOMES, 2003, p.171)

Todavia, sendo no caso da população negra, nem sempre o seu padrão estético é lembrado de maneira positiva, ou seja, a estética negra no espaço escolar não é bem vista e muito menos aceita. Ela não aparece nesse espaço como base para construção da identidade. Como diz Gomes (2003, p.174)

“O entendimento da simbologia do corpo negro e dos sentidos da manipulação de suas diferentes partes, entre elas, o cabelo, pode ser um dos caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade. Pode ser, também, um importante aspecto do trabalho com a questão racial na escola que passa despercebido pelos educadores e educadoras”.

O cabelo crespo, como símbolo de identificação de negritude, é um dos principais alvos das discriminações. As meninas negras são constantemente objeto de xingamentos, apelidos, jargões e anedotas direcionadas, principalmente a sua estética, e são marcas que acompanham a sua história de vida e interferem no processo de construção da sua identidade étnico-racial.

Gomes (2012, p.2) destaca:

““(...) o importante papel desempenhado pela dupla cabelo e cor da pele na construção da identidade negra e a importância destes, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, inclusive aquele que consegue algum tipo de ascensão social. Para esse sujeito, o cabelo não deixa de ser uma forte marca identitária e, em algumas situações, continua sendo visto como marca de inferioridade.”.

Construir uma identidade negra dentro de uma sociedade que historicamente vê o negro de maneira inferiorizada, já não é uma incumbência fácil para a população negra. Quando se trata da identidade étnico-racial da mulher/menina negra, tal construção torna-se ainda mais difícil, uma vez que nossa sociedade, além de ser racista, é machista e há nela um ideal de beleza que está pautado no padrão branco.

Segundo Gomes (2012, p. 3)

“O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo”.

Entender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, principalmente quando se leva em consideração o corpo e o cabelo, é um dos grandes desafios apresentados para os/as educadores/as. Entender e refletir sobre o que as crianças negras, em especial as meninas negras, vivenciam na escola e criar mecanismos de alteração dessa realidade, também é uma das tarefas para esses/as profissionais.

Diante do exposto emergem algumas inquietações para refletir: O que é se tornar uma mulher negra? O que é tornar-se uma mulher negra diante das questões históricas que tratam tais mulheres como objeto de exploração? E numa sociedade como a nossa, cujo padrão de estética e objeto de desejo para constituir família, no que diz respeito ao gênero, tem a mulher branca como hegemonia disso? E com uma mídia que impõe, incessantemente, como padrão de beleza a mulher branca, magra, de cabelo liso, como é possível tornar-se mulher negra? E com livros didáticos que reforçam sempre o lugar de inferioridade, principalmente da mulher negra? E em uma sociedade que além de racista, é sexista e machista?

Souza (1983, p. 17) afirma que:

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida à exigência, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a desgastar sua história e recriar-se em suas potencialidades”.

Concomitante a isso, Crenshaw (2012) traz uma discussão que é sobre a interseccionalidade na discriminação de raça e gênero, que as mulheres negras têm que enfrentar, uma vez que essas desigualdades operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Segundo ela, é necessário reconhecer que as:

(...) “experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam”. (CRENSHAW, 2012, p.8).

Essa estudiosa diz ainda que essa interseccionalidade apresenta um problema duplo, a saber, a discriminação em si e a invisibilidade dessa discriminação dentro dos movimentos políticos e das políticas intervencionistas. Uma das dificuldades que ela apresenta é que, mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos, o que acaba por tornar as mulheres invisíveis, uma vez que as intervenções não consideram a ausência de possibilidade, as desvantagens competitivas e as discriminações que essas mulheres enfrentam.

Entretanto, a professora, pesquisadora e ativista, afirma que as ações que devemos tomar como possíveis soluções para o problema são: a) reconhecer que os direitos contra a discriminação interseccional já existem; b) reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional, o que incluiria a integração dos movimentos e desagregar os dados de raça e gênero e; c) ter certeza de que sabemos diferenciar o que está acontecendo em função de questões raciais e em função de questões de gênero.

Deste modo, a valorização das meninas negras, na escola, precisa se tornar uma estratégia pedagógica de construção de identidade e de combate ao racismo, articulada com o tema da educação para as relações étnico-raciais, numa

concepção de educação antirracista, que reconheça e respeite as diferenças e valorize os indivíduos, uma vez que:

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.” (SANTOS, 2003).

4. CAPÍTULO II – ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA - ACPP

4.1 O processo de elaboração da Proposta de Intervenção Pedagógica e sua realização.

Conversando com algumas colegas sobre a importância de trabalharmos a temática racial na escola, uma das pedagogas apresentou uma proposta de trabalho, ao longo de 2015: a diversidade como um todo. O tema deveria abranger as mais diversas formas de preconceito e discriminação, incluindo a racial, dividida nos meses do ano. A princípio, achei bem interessante a proposta, mas questionei o porquê de deixarmos a questão racial restrita há um mês, uma vez que tínhamos vigente a Lei 10639/03, que tornava obrigatória a inclusão no currículo do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras nas escolas. A tensão ampliou e o conflito se instaurou.

Contudo, o consenso sobre o tema e o formato da proposta pedagógica não foi fácil e rápido, mas possível. Como nos diz Silva (2015, p.1):

(...) “a construção de novas práticas políticas e pedagógicas das relações étnico raciais no cotidiano escolar não é uma tarefa simples. Sabemos, que para que a diversidade étnico-racial seja reconhecida, respeitada, valorizada e abordada como prática pedagógica consiste em um longo caminho ainda a ser percorrido”.

Após debatermos bastante, porém, chegamos a um entendimento de que, já que a escola não priorizava e não via relevância na questão étnico-racial e que alguns de seus profissionais não tinham formação/conhecimento sobre a temática. Por isso, recomendou-se que começássemos a introdução do tema de forma lenta e gradual, com a inserção sobre as diferenças de maneira ampla, procurando respaldo inclusive acadêmico, que seria compartilhado entre os/as profissionais. Assim, definimos com todo o grupo da escola, inclusive a gestão, um cronograma mensal que ficou definido da seguinte forma:

- **FEVEREIRO:** Introdução à diversidade;
- **MARÇO:** Gênero e Sexualidade;
- **ABRIL:** Povos Indígenas;
- **MAIO:** Diferentes tipos de família;
- **JUNHO:** Pessoa Idosa;
- **AGOSTO:** Diversidade Religiosa;
- **SETEMBRO:** Pessoas com deficiência;
- **OUTUBRO:** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- **NOVEMBRO:** Relações Étnico-Raciais;
- **DEZEMBRO:** Tipos de Violência.

No que diz respeito ao meu trabalho sobre a temática racial, mesmo tendo sido definido pelo grupo o cronograma anual, a partir do segundo semestre de 2015, iniciei a discussão com as turmas em que lecionava. Iniciei, tão logo, uma vez que observei a necessidade urgente em se trabalhar à questão do racismo naquele âmbito, visto que o número de casos de violência verbal e até mesmo física contra as crianças negras, principalmente contra as meninas, estava aumentando consideravelmente.

4.2 Iniciando os trabalhos: um breve relato histórico e geográfico

Introduzi o conteúdo explicando às crianças de sete anos, com uma linguagem bem simplificada, para favorecer o entendimento, de onde vieram os negros/as, como eles chegaram ao Brasil e o porquê. Para isso, utilizei apenas um mapa-múndi e deixei a imaginação das crianças falar mais alto.

Iniciei mostrando-lhes onde estavam localizados os continentes: africano, europeu e americano, elucidando a diferença entre país e continente. Depois, lhes contei um pouco sobre as grandes navegações e a descoberta do Brasil pelos portugueses e as inúmeras riquezas encontradas em nosso País. Expliquei que para os europeus (brancos) usufruísem/explorassem essas riquezas, eles precisavam de

mão-de-obra. Explanei também sobre a forma pela qual eles conseguiram encontrar tal mão de obra, a saber, indo até a África, sequestrando os negros (as) que ali viviam. Para um entendimento maior do termo sequestro, illustrei a situação dizendo que o que aconteceu com os (as) negros (as) africanos (as). Era como se alguém entrasse naquela sala de aula e nos levasse para outro país, em que não conhecêssemos nada e não soubéssemos falar a língua deles e não comêssemos o que eles comiam, além de nos forçarem a deixarmos nossas famílias e amigos (as) para trás e sermos separados dos que conhecíamos.

Vale ressaltar que, sendo professora de Educação Física, procurei me valer dos conhecimentos do curso EPPIR, bem como, me preparar ao máximo para essa abordagem histórica e geográfica, não porque não soubesse, mas devido à responsabilidade de articular conteúdos de áreas diferentes de formação.

A tensão com tal crueldade era vista em cada rosto e olhar. Uns diziam que eles não poderiam ter feito isso, outros diziam que eles eram maus e alguns até questionaram se essa história era verdadeira, tamanho espanto que lhes dominavam. Em uma das turmas, enquanto eu exemplificava essa situação, bateram na porta da sala e curiosamente, as crianças se espantaram como se alguém fosse roubá-las naquele momento. Pois, elas incorporaram de fato a história narrada e entenderam melhor tudo aquilo que era falado.

Posteriormente a essa explanação, expliquei a elas de onde vinham as nossas diferentes características físicas (cor de pele, cabelo, olhos, nariz) a partir das diferenças geográficas, principalmente a climática, entre os continentes europeus e africanos. Pontuei que tais diferenças geográficas, por sua vez, interferiam na cor da nossa pele, cabelo, cor dos nossos olhos e na largura dos nossos narizes, com a ideia de considerar como possibilidade as características humanas conforme o seu contexto cultural.

Nessa aula também expliquei, de uma maneira bem simplista, sobre a miscigenação e de como essa, às vezes, foi cruel tanto com as negras quanto com as indígenas. Utilizei exemplos da própria classe para mostrar-lhes que éramos uma mistura de raças e que para entender melhor sobre essa mistura e as diversas diferenças, deveríamos conhecer um pouco da história dos nossos antepassados, embora tal diferença tenha sido usada para gerar desigualdades e não ampliar a justiça. Solicitei que elas pesquisassem em casa com seus familiares (pai, mães,

avós e tios) sobre seus ancestrais e me relatassem o que descobriam e o que tinha a ver com suas vivências.

4.3 Exposição do vídeo “Vista minha pele”

Após essas aulas, trabalhei com as crianças o vídeo “Vista minha pele”, porque havia sido uma proposta de atividade do curso EPPIR. A princípio relutei em fazer a atividade por acreditar que essa não atrairia a atenção das crianças, por serem crianças e o filme mais juvenil. Percebi, porém, que isso também era um desafio a ser enfrentado e observado, visto que traria, de alguma forma, um acréscimo no processo de aprendizagem que estávamos iniciando.

Antes de passar o vídeo, disse que era uma história que acontecia sempre na nossa escola e, por isso, deveriam prestar bastante atenção, para tentarem perceber se já tinham visto algo parecido ou até mesmo vivenciado o que seria mostrado. Para minha grata surpresa, eles/as se prenderam à história. Acredito, entretanto, que pela pouca idade, embora a princípio tenham demonstrado certo estranhamento, não conseguiram ver a inversão da lógica e se sensibilizaram com a situação da menina branca. Talvez, porque se sensibilizar com a história de crianças e pessoas brancas seja algo tão naturalizado, que a percepção fica limitada, sobretudo diante de situações que envolvem crianças e pessoas negras. Pareciam estar diante de uma história da princesa branca, injustiçada pelos vilões negros. Ouvi falas do tipo “*Que menina chata!*”, “*Que meninos malvados!*”, “*Coitadinha dela, né professora?*”, “*Ela podia tanto ganhar...*”, dentre outras, deixando claro que perceberam, a suas maneiras, a exclusão pela diferença e o preconceito.

Diante das reações (falas, expressões e atitudes), acredito que se tivessem assistido a um filme sem a inversão dos papéis, entenderiam melhor como acontece o racismo e a discriminação racial, até por ser a realidade cotidiana de muitos/as.

Conclui, explicando a inversão, dizendo que na verdade aquela história se tratava da situação dos/as negros/as que viveram há anos e os indaguei se alguém já tinha vivido algo que viram no vídeo. Foi quando começaram acusações vinda somente das meninas negras, dizendo “*Fulano me xinga de feia todos os dias*”,

"Ciclano fala que sou fedorenta e chata", "Beltrana nunca me chama para brincar com ela", deixando claro a sutileza sórdida em que emergem as discriminações raciais e o quão cruel elas são, principalmente com as mulheres/meninas negras. Isso porque elas sofrem mais por viverem em um país racista e machista, arraigado de preconceitos e sexismos, mesmo na mais tenra infância.

4.4 Roda de conversa sobre pertencimento racial: a descoberta do racismo

Dando continuidade ao trabalho, fiz um debate com as turmas, através de uma roda de conversa, questionando, primeiramente aos/às estudantes, quem se considerava negro/a e, em caso de resposta afirmativa, o que achavam de ser negros/as dentro da escola. As reações e respostas foram as mais diversas possíveis. Alguns se identificaram como negros/as tranquilamente, enquanto outros/as se identificaram e relataram não gostar por diversos motivos. E tiveram aqueles/as que não se identificaram, mas que foram apontados pelos demais colegas e se mostraram bastante constrangidos/as.

Algumas das frases que foram ditas:

"Tenho orgulho de ser do jeito que sou!"; "Acho muito bom. Tenho orgulho de ser negra porque minha mãe também é."; "Gosto de ser negro porque sim..."; "Não me importo e acho bom! Mas não ligo para essas coisas que meus colegas falam."; "Não gosta de ser negra. Meus colegas ficam me chamando de preta e me colocam apelidos."; "Odeio ser preta. Queria ser loira do olho verde que é mais bonita."; "Agora estou achando bom, porque ninguém está me xingando mais, depois que você começou a conversar com a gente."; "Acho ruim... As pessoas falarem mal de mim!".

Nessa última situação citada, do apontamento pelos/as demais colegas, me chamou a atenção uma estudante negra, que se mostrou totalmente intimidada com meu questionamento e com os apontamentos dos/as colegas, ficando completamente deslocada e desolada. Expliquei melhor para a turma, dentro de uma linguagem compreendida por eles, o que era a identidade racial e chamei a aluna para uma conversa. Ela me relatou estar sendo vítima de racismo, dizendo que uma

colega batia nela e falava que era mais bonita que ela, que ela era pobre e fedorenta, seu cabelo era ruim. Que tudo que ela tinha era melhor que o dela, dentre outras. Questionei o porquê de ela nunca ter nos contando, a mim e às demais professoras, e ela disse que a colega, de apenas sete anos, a ameaçava, dizendo que não seria mais sua amiga, se ela contasse para alguém.

Deste modo, podemos ponderar que a reprodução do racismo no âmbito escolar, inclusive por crianças, se vê presente nas práticas pedagógicas, no currículo escolar, nos livros didáticos, nos discursos dos professores (as), gestores (as), estudantes e demais profissionais e que ele aparece nessa instituição de forma velada, de forma que:

“(...) esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um identificador antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo o ideal identificador negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer.” (SOUZA, 1983, p.05).

Depois disso tudo, perguntei-me: quantos/as na escola não passavam por essa situação diariamente? Como estava sendo construída a questão identitária dessas crianças? Como as meninas sofriam mais com toda essa discriminação?

Refletindo sobre essas indagações, pensava no quão urgente e necessária se fazia uma intervenção pedagógica de toda a escola e não somente de alguns professores para evitarmos tais conflitos.

Compartilhei, assim, em uma reunião pedagógica do coletivo da escola, as situações vivenciadas por mim, desde o momento que iniciei o trabalho com a temática racial e os convidei para uma reflexão sobre o nosso fazer pedagógico dentro da escola e sobre a nossa importância na vida futura daquelas crianças. Esclareci que o caminho para a verdadeira democracia racial era longo e árduo, mas que nós como profissionais da Educação, tínhamos o dever de tentarmos mudar essa realidade doída para muitos/as e nossa profissão, mais do que todas, nos permitia isso, que bastava só querermos e pormos em prática.

Concomitante ao meu trabalho, o projeto sobre diversidade vinha acontecendo normalmente, sem nenhuma grande interferência ou questionamentos

contrários, advindas de colegas. Em outra oportunidade, em que reunimos o grupo coletivamente, as pedagogas propuseram que adiantássemos a discussão sobre a questão étnico-racial, para que organizássemos melhor e mais ricamente a nossa Mostra Cultural, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. Data essa que já estava definida desde o início do ano letivo. Foi quando começaram as indagações dizendo que todo ano trabalhávamos a mesma temática em novembro; que estava na hora de mudarmos, pois já estava muito repetitivo para as famílias e entediante para os/as professores/as.

Diante de tais questionamentos, avalei que certas dificuldades são observadas para a ausência da discussão sobre questão racial na escola, tais como:

- a) a falta de formação e informação dos profissionais e dos gestores;
- b) o desconhecimento a respeito da legislação antirracista, dentre elas a Lei 10639/03;
- c) a ausência de material pedagógico e de consulta sobre o assunto;
- d) a forte crença na existência da democracia racial e na ausência do racismo;
- e) a dificuldade em dialogar com a gestão sobre a inserção de temas (privação de uma gestão democrática) e;
- f) o desinteresse e a pouca relevância dada ao tema.

Mesmo diante todos os empecilhos, porém, deveríamos unir esforços para não deixarmos que o racismo continuasse sendo ocultado na instituição escolar. Devíamos possibilitar “um espaço permanente para discussão e reflexão de posturas racistas e preconceituosas, visando à superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que são tão presentes no ambiente escolar” (ABRAMOWICZ& GOMES, 2010, p.86).

De acordo com Jesus (2015, p. 3):

“Ao serem implementados no contexto escolar, programas e projetos de reeducação das relações raciais têm a intenção de promover uma mudança de comportamento dos alunos e docentes (superação de estereótipos, diminuição de apelidos de cunho racista, maior sensibilidade com a injustiça), e possuem uma perspectiva afirmativa; no intuito de afirmar identidades antes negadas”.

E após um intenso debate, de uma maneira bem democrática, a maioria do grupo decidiu pela manutenção da temática para a mostra cultural, mesmo sabendo que os desafios para implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) são muitos e que

“O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.” (DCN,2004, p.13).

4.5 Mostra Cultural sobre a Consciência Negra: encerramento das práticas pedagógicas de valorização da dimensão racial.

Iniciamos os trabalhos coletivos sobre a Consciência Negra, na perspectiva de fazermos um trabalho coletivo e que tratasse as relações raciais, entre negros e brancos.

Fiquei responsável pelas apresentações artísticas de minhas turmas. Para as meninas, preparei uma dança com a música “Pérola Negra” e, para os meninos, uma com a música “Sou Negro”. A intenção não foi promover uma atividade sexista cuja dança e música voltassem ora para meninas, ora para meninos. Mas, sim, aproveitar o momento e apropriar de músicas que pudesse trabalhar a dimensão identitária das meninas negras e dos meninos negros.

Houve o envolvimento de toda escola, bem como de toda comunidade, além da troca de experiências e de materiais (livros, roupas, instrumentos musicais, etc.). As crianças estavam radiantes, porque a apresentação era a culminância de todo aprendizado que adquiriram ao longo do segundo semestre. Nos ensaios, primei por

enaltecer a beleza negra, bem como enaltecer importância histórica e cultural do povo negro para nosso País. Vi e ouvi meninas brancas e negras dizendo com orgulho: “*somos todas negras*”; bem como vi e ouvi meninos brancos e negros, batendo forte no peito e dizendo: “*sou negão*”! Por mais que isso fosse consequências do momento, acredito que eram passos singelos e simbólicos.

Para o dia da apresentação, solicitei às meninas que fossem com seus cabelos soltos e naturais, que não queria escova ou rabo, pois emprestaria a elas os turbantes que a professora de Artes havia feito, especialmente, para a ocasião. Começaram os questionamentos do tipo: “*Mas professora meu cabelo é muito feio*”, “*E o meu é muito cheio, minha mãe prende por isso*”, “*Não gosto do meu cabelo solto*”, “*Os meninos vão rir da gente*”. Porém, fui incisiva e disse que para dançar o cabelo deveria estar solto.

No dia da apresentação, uma mãe vem ao meu encontro, com seu cabelo escovado, e diz que tomou a liberdade de fazer umas trancinhas no cabelo de sua filha, porque solto “*era muito rebelde e ficava igual um sarará*”, embora a estudante insistisse em ir com ele solto, e indagou se haveria algum problema.

A fala da mãe me fez refletir que o problema de identidade racial, discriminação e preconceito vão muito além dos muros das escolas e que o caminho por um mundo mais justo e igualitário socialmente é longo, embora não seja impossível. Além disso, mostrou que “apesar das diversas mudanças na política racial, às mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério.” (HOOKS,2005,p.1). Sério, uma vez que reflete lutas contínuas das mulheres negras com a autoestima e a auto realização, na tentativa de mudarem a aparência para se ter uma mais parecida com a dos brancos, para serem mais aceitas socialmente ou para amenizar a dor do racismo, categoricamente, configurado pela hegemonia da estética branca. O que, por outro, reforça a força da opressão racista.

Passada as apresentações, observei em nosso cotidiano uma possibilidade de melhor aceitação das meninas, no que diz respeito à sua estética, principalmente relacionada ao cabelo. O que pode ser ilustrado pela seguinte situação: uma aluna que sempre ia com o cabelo trançado ou preso em um rabo ou coque se aproxima de mim na quadra com uma tiara na mão, solicitando que eu a arrumasse a em seu cabelo só para mostrar que estava com o cabelo solto e ser elogiada, demonstrando

quão pequenas atitudes nossas já fazem uma enorme diferença na vida dessas que tanto sofrem.

No fim do ano, foi montada uma comissão para se discutir o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para que o mesmo fosse, posteriormente, apresentado para o grupo, a fim de que fizesse as possíveis avaliações e alterações. Coloquei, voluntariamente, meu nome nessa comissão com o objetivo de inserir no PPP da escola a temática étnico-racial, uma vez que é ela que orienta a organização do currículo, as opções metodológicas, a seleção de conteúdos, o estabelecimento de relações, a abordagem e a resolução de conflitos, e possivelmente todas as dimensões com vistas à construção de práticas políticas e pedagógicas de enfrentamento ao racismo e as desigualdades raciais no contexto escolar. Afinal, a escola pública, visivelmente, contém um número significativo de estudantes negros, se considerarmos a identidade social deles e não a autodenominação, porque demanda pesquisa.

A discussão aconteceu primeiramente com a Comissão, que concordou com a inserção do tema e, subsequentemente, foi exposto ao grupo que, diante tudo que foi vivenciado ao longo do ano, consentiu com a adição do conteúdo racial no PPP da escola, o que pode ser considerado um grande avanço, devido à importância do PPP na Educação das Relações Étnico-Raciais.

Segundo SILVA (2015, p.2), o Projeto Político Pedagógico

“É ele que orienta a organização do currículo, as opções metodológicas, a seleção de conteúdos, o estabelecimento de relações, a abordagem e a resolução de conflitos, e possivelmente todas as dimensões com vistas à construção de práticas políticas e pedagógicas de enfrentamento ao racismo e as desigualdades raciais no contexto escolar”.

Enfrentar e superar as amarras do racismo, sobretudo, quanto à estética e os cabelos crespos, foi a intenção da apresentação de dança de minhas turmas, conforme a foto abaixo. Nela é possível perceber a satisfação das crianças por participar da atividade e, principalmente, por se sentirem bem consigo mesmos com a estética afro. Apenas, a estudante da ponta de blusa vermelha, esboça uma face séria, talvez porque ainda é preciso trabalhar mais junto a ela.

Foto 1:



Fonte: arquivo pessoal

Na segunda foto, fica nítida a importância de se valorizar a simbologia do corpo negro e a manipulação do cabelos e dos penteados de hoje como formas de recriação e ressignificação cultural daquelas construídas pelos negros da diáspora. Segundo GOMES (2012, p. 2) “O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra”.

Foto 2:



Fonte: arquivo pessoal

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, podemos considerar alguns aspectos que são importantes para a reflexão a cerca da construção das identidades racial e de gênero das meninas negras na escola, bem como a inserção sobre a temática étnico-racial no âmbito escolar.

Analisando a prática pedagógica da escola, a partir deste trabalho e dos ensinamentos adquiridos, ao longo do curso de Especialização em Promoção de Políticas da Igualdade Racial, pude entender e compreender que o/a professor/a é uma peça fundamental no processo de combate ao racismo e do reconhecimento das questões étnico-raciais. São eles/as que deveriam mediar o processo de ensino-aprendizagem e que deveriam ter a responsabilidade da condução para quebrar os preconceitos e os processos discriminatórios, construindo as identidades, reconhecendo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, dentre outros.

O que se vê hoje, porém, são profissionais despreparados/as para lidar com a temática. Muitos/as por desinformação, outros/as por não enxergarem o problema, uma vez que foram cegados/as pelo mito da democracia racial, o que acaba por reforçar o preconceito racial, a discriminação racial e o racismo.

Desta forma, a formação dos/as docentes é considerada como uma preocupação e de extrema importância para se romper com o papel de reprodutor/a de conhecimento e para que esse/a possa contribuir de maneira efetiva na construção do saberes.

Outro ponto de aspecto fundamental que se apresenta como dificultador para a efetividade da inserção da política de gênero e racial, é o eixo da gestão educacional, pois é no planejamento da gestão escolar que são definidos os recursos destinados as atividades e as ações do ano escolar. Somente a partir do final do ano de 2015, é que a escola inseriu em seu Projeto Político Pedagógico a temática étnico-racial e o eixo diversidade, que trata dentre outras diferenças, a questão do gênero.

Assim sendo, ficou claro para mim que para a construção de práticas políticas pedagógicas para Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é imprescindível

considerar as dimensões educativas dos 2Rs e 1V (Respeito, Reconhecimento e Valorização) dentro dos eixos formativos que são: condições de trabalho; gestão de processos educativos; formação de professores e demais profissionais; articulação com órgãos legais; formas participativas; territorialidade; religiosidade (DCN, 2004, p. 13).

Algumas ações podem ser realizadas para a elaboração de propostas para se trabalhar a EREER na escola, conforme nos sugere SILVA (2015, p. 3):

a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino, para a incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e Indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais;

b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações étnico-raciais;

c) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática étnico-racial;

d) Abordar a temática étnico-racial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem;

e) Propiciar, nas coordenações pedagógicas, o resgate e acesso a referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas nas temáticas da diversidade.

A formação de professores/as e demais profissionais da Educação tem sido um dos maiores entraves, a meu ver, para o início da discussão da EREER na escola. Como discuto algo que desconheço? Aliado a isso está a falta de incentivo das políticas públicas de valorização profissional e a falta de interesse de muitos/as em buscar novos conhecimentos e novos olhares sobre o mundo. Grande desafio posto ao Ministério da Educação (MEC), às universidades, aos centros de formações, às escolas, aos governos e suas secretarias e a todos/as que concordam que é preciso e urgente à formação.

A importância da utilização de materiais pedagógicos que tratam e retratam a temática étnico-racial é clara. Com o início da discussão sobre esse tema na escola, mesmo que de maneira tímida ainda, já foi possível a aquisição de novos materiais, principalmente livros de literatura, o que avalio como um passo enorme da anterior inércia do grupo.

A proposta de envolver as mães e os pais, se apresenta como um desafio decisivo para fortalecer o trabalho desenvolvido pela escola, de modo que esses sejam parceiros da EREER em casa.

A abordagem da temática étnico-racial na Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha, no ano de 2015, iniciou-se com um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, em que existiu o envolvimento de todos/as na escola, havendo troca de experiências e materiais. O foco agora é não deixar que esse importante e bem sucedido passo se perca. Trabalho para as direções escolares e as coordenações pedagógicas, que devem sempre buscar e resgatar os trabalhos tidos como positivos.

Isto posto, pode-se concluir que o caminho para a efetivação da EREER, bem como a construção positiva da identidade racial e de gênero, na Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha ainda é longo, mas que o pontapé inicial foi dado. Cabe agora, não se deixar perder o pouco já conquistado e trabalhar cada dia mais para ampliação da temática neste espaço, e para que tenhamos um mundo mais igualitário, principalmente no que diz respeito às mulheres negras, que podem ser guerreiras por natureza, mas, assim, como qualquer outra pessoa, necessita de apoio, amparo e parceria para lidar com as amarras das diretrizes da estética branca, para se afirmarem como mulheres negras.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

_____,(2004). Parecer nº CNE/CP 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.**

ABRAMOWICZ, Anete, and Nilma Lino GOMES. "Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas." **Coleção: cultura negra e identidades.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CASTELLI, Maria Dinorá Baccin. **A reflexão sobre a prática pedagógica: processo de ação e transformação,** 2010. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Basica/Trabalho/02_01_00_A_reflexao_sobre_a_pratica_pedagogica_processo_de_acao_e_transformacao.PDF

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil.** – São Paulo: Contexto, 2003.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero,** 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão.** 2010. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo,** 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2012.

Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1567>

HOOKS, Bell. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog *coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html*

JESUS, Rodrigo Ednilson. Módulo V – Relações étnico-raciais e a questão racial na sala de aula. In. Curso EPPIR, texto de referência básica de formação. Belo Horizonte: Programa Ações Afirmativas da UFMG, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*, 2005. In: ABRAMOWICZ, Anete, and Nilma Lino GOMES. "Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas." **Coleção: cultura negra e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade"; "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". In: **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, Natalino Neves. Módulo VI – Práticas Pedagógicas e Políticas de enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais. In. Curso EPPIR, texto de referência básica de formação. Belo Horizonte: Programa Ações Afirmativas da UFMG, 2015.

